

Como num espelho

Os problemas são parecidos, mas as causas e tratamentos, diametralmente opostos. Enquanto no Brasil o Governo procura realizar ajustes na economia cortando gastos, majorando impostos e juros, o Japão se dedica a tarefa inversa com o mesmo objetivo. Aumenta os investimentos públicos e estimula o consumo. Enquanto o Brasil concentra esforços para evitar uma desvalorização cambial, a nação mais rica do Oriente assiste a sua moeda ganhar cotação crescente diante do dólar.

Situações tão diferentes expressam uma dificuldade comum. Desde o primeiro semestre o Japão ingressou num processo recessivo que parece ter chegado, de maneira inequívoca, ao Brasil há quatro meses. Mesmo que aqui ele não seja claramente aceito pelas autoridades econômicas, tem sido denunciado por seguidos meses de inflação negativa e de crescimento econômico praticamente nulo.

Para combater o problema, o Japão volta a aplicar esta semana uma fórmula já utilizada antes, que utiliza diversos meios para reanimar a economia. A dificuldade, lá, não consiste na falta de dinheiro, muito pelo contrário, e o país anuncia medidas inversas às que são adotadas no Brasil. Aumenta investimentos e corta impostos, gerando gastos adicionais de US\$ 165 bilhões. Dez por cento desse total - que correspondem aproximadamente aos gastos oficiais do Brasil com saúde programados para 1999 - serão destinados a estimular o consumo. Desse total, R\$ 6 bilhões serão dedicados à distribuição do que, para se utilizar uma terminologia conhecida em Brasília, se poderia chamar "vale-compra", a ser utilizado preferencialmente por famílias que abrigam jovens com menos de 15 anos e idosos com mais de 65 anos.

Para que o Brasil retome o crescimento na atual conjuntura de escassez de recursos, considera-se essencial que a população poupe tudo o que puder. No Japão mais uma vez a coisa se inverte, e o principal problema do Governo é convencer as pessoas - escaldadas por décadas de dificuldades e a nação por séculos de privações - a gastar o dinheiro que acumulam, talvez imaginando que dias piores podem se abater sobre o país. Agora, essas economias pessoais fazem falta ao consumo que movimenta o comércio, que ativa as fábricas, que pagam salários, que alimentam o consumo e impostos.

Tantas coincidências, mesmo que ao inverso, não param aí. Na atualidade, a sustentação das economias asiáticas depende, em boa parte, do reanimamento da produção e do consumo no Japão, enquanto um eventual colapso do Brasil tende a arrastar os demais países la-

tino-americanos para o caos. Por isso, as duas nações, cada uma à sua maneira, precisam de ajuda internacional. Pois o agravamento da crise, aqui ou no Japão, certamente terá grave repercussão regional e alcance mundial.

Lição definitiva

Em meio às severas exigências internas do ajuste da economia, o Brasil precisa também concentrar atenções no balanço de pagamentos, não descuidar das contas externas. O desequilíbrio nessa área pode significar sacrifícios adicionais à população além dos que estão sendo definidos atualmente pelo Congresso Nacional.

Independentemente de qualquer outra ingerência, a situação das contas externas já configura um complicado dilema. A escassez de crédito para a exportação e a falta de interesse das empresas internacionais em financiar as importações prometem fazer declinar cada vez mais as vendas internacionais. E o compromisso que se estabelece com instituições como o FMI e o Banco Mundial insere entre suas exigências que o Brasil não crie restrições às importações além das aceitáveis pelos estatutos internacionais.

Dessa forma o Brasil perde o instrumento que mais rapidamente vem permitindo que os países asiáticos reequilibrem suas balanças de pagamento. Sem conseguir aumentar as vendas externas e sem condições de reduzir significativamente as importações, agrava-se a situação da indústria, já insatisfeita com a demanda interna. Como resultado, a produção brasileira nessa área se encaminha para o quinto mês consecutivo de queda nos negócios.

A situação mostra dramática dependência da redução das taxas de juros para que se apresse sua normalização. O Copom (Conselho de Política Monetária, do Banco Central) tende a manter atitudes conservadoras, evitando o perigo de que a evasão direta de divisas agrave ainda mais o problema. Tal complexidade indica que a regularização da economia brasileira só será alcançada por etapas, passo a passo. O acompanhamento das diversas questões que precisam ser equacionadas exigirá equilíbrio nas decisões.

Se tantos riscos precisam ser superados, pelo menos que o poder público se empenhe em tomar providências permanentes, transformando a atual crise numa lição definitiva. Que, no final do processo, possibilite a adoção de políticas adequadas para que o País não volte a conviver tão cedo com pressões e preocupações semelhantes às que têm conturbado a vida dos brasileiros.